

A decorative gold border consisting of a vertical line on the left, a horizontal line at the top, and a vertical line on the right, all connected by small horizontal segments. The word "LITERATURA" is centered within this border.

- LITER*A*TURA

# CONFLITOS SOCIAIS E FICÇÃO: A CABANAGEM EM INGLÊS DE SOUSA

---

**Sérgio da Fonseca Amaral\***

**Resumo:** Nos contos “A quadrilha de Jacó Patacho” e “O rebelde”, Inglês de Sousa aborda grupos de insurretos da Cabanagem. Como esse enquadramento é feito é o que procuro analisar nas páginas deste artigo. Como a rebelião foi interpretada, tanto pela história quanto pela ficção, de diversas maneiras (prós e contras), interessa-me aqui destacar de que modo o texto ficcional confirma e constrói imagens prejudicadas sobre os movimentos populares.

**Palavras-chave:** Contos de Inglês de Sousa. Cabanagem. Discursividade.

## I

■ **O** evento focado por este estudo foi uma das tantas rebeliões acontecidas no século XIX no período regencial, entre os anos 1831-1840. Momento decisivo e crítico para o Estado brasileiro, pois realmente houve um grande risco de desmoronar o recém-independente Império concebido pelas forças legais constituídas.

A Cabanagem – longa e sangrenta revolta ocorrida na região do Grão-Pará, no norte do país – aparece, costumeiramente, registrada pela história como a única na qual o povo de fato apoderou-se do poder, mesmo que por curto período. O legado historiográfico, ao que tudo indica, baseado nas mesmas fontes documentais, registradas por Domingos Antonio Raiol (1970), ao longo do tempo foi incorporando perspectivas diferentes, ora alçando os revoltosos a vilões, ora a heróis, dependendo da escola interpretativa a debruçar-se sobre o assunto (RICCI, 2012). Isso não seria de espantar se não existissem remanescentes positivistas recalcitrantes que acreditam, ainda, na pesquisa neutra e objetiva oriunda da consulta a documentos e fontes que escapariam da textualidade

---

\* Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) – Vitória – ES – Brasil. E-mail: scerjo@gmail.com

que inscreve, escreve e transcreve a história. A história revela, por facetas, o seu comprometimento político.

O meu propósito é avaliar, por meio da ficção, o emaranhado discursivo que funde história oficial, opinião do “bom senso” e enredo narrativo que fabricam e naturalizam um determinado imaginário social sobre práticas sociais de ruptura institucional. Tal construção discursiva, a *doxa*, avança história adentro como um vetor de realidade. Desse ponto em diante, a violência constitutiva da história é varrida para alhures; como um passageiro clandestino, viaja secretamente sob lonas. Logo, a ordem de Estado controla o país e a nação, no caso, brasileiros, sob a bandeira do consenso e da convergência de objetivos históricos. Não nos esqueçamos de que a prática literária atuou eficazmente no processo de invenção da nacionalidade brasileira, exatamente nesse período tratado. A ficção não será vista aqui como contrária à verdade ou oposta à realidade. Por isso, ao trabalho interessa como os conflitos foram ficcionalizados para se perceber os entrelaçamentos histórico-político-ideológicos com a ficção.

Isso posto, apresento a seguir um breve resumo historiográfico do período.

No hiato entre a abdicação de Pedro I e a maioria antecipada do filho Pedro de Alcântara, futuro Pedro II, quem ocupou o governo do Brasil, de 1831 a 1840, foi a denominada Regência que, segundo alguns historiadores, teria sido um golpe de Estado contra Pedro I. Primeiramente, trina provisória, depois trina permanente, e, finalmente, regência una, assumida pelo padre Diogo Feijó, de 1835 a 1837. O período regencial foi muito conturbado, havendo várias revoltas em diversos pontos do país, eclodidas a partir de 1831, tais como Cabanagem, 1835, no Pará; Cabanada, em Pernambuco e Alagoas, 1832; Farroupilha, no Rio Grande do Sul; e Sabinada, na Bahia, em 1837. Essas rebeliões, normalmente, objetivavam maior autonomia política ou até mesmo implantar a República no país. De modo geral, esses confrontos ocorriam por divergências de interesses no interior da elite dominante. Contudo, o movimento dos cabanos na região do Grão-Pará (província constituída pelos atuais Pará e Amazonas) apresenta um componente popular muito forte, por vezes levando de roldão suas próprias lideranças (CHIAVENATO, 1984, p. 101). O movimento encerrou-se na cidade de Belém e nas regiões próximas. Assumiu um caráter extremamente violento, pois a situação dos habitantes locais (negros escravos libertos ou fugidos, mulatos, tapuios e brancos pobres) era a mais miserável possível. Batizado de Cabanagem, tal nomenclatura é oriunda do tipo de habitação desse contingente, inscrevendo-se na alcunha atribuída por seus inimigos. Portanto, como vários outros casos história afora, os vencidos são nomeados pelos vencedores, denegando, rebaixando e nivelando os revoltosos. Taxado de cruéis, bandidos e assassinos, inclusive por historiadores, como o primeiro a sistematizar um estudo sobre o movimento, Domingos Antonio Raiol (1970), que não deixou de discriminar os cabanos, muitas vezes não foi levado em conta o nível de crueldade que aquelas populações sofriram, antes e depois da guerra civil. Assim, pelo grau da opressão e da miserabilidade, a reação só poderia ser, como foi várias vezes sublinhada, explosiva. O processo de descontentamentos e de dissensões no território a tornar-se brasileiro vinha de longa data:

*A raiz, mas não o conteúdo, da rebelião dos cabanos no Grão-Pará está bem fincada nas lutas pela independência. E essa luta no Pará, que foi sangrenta e longa começa bem antes de 1822. [...] Essa luta pela independência, no Pará,*

*acontece em vários planos. Um deles é o dos cabanos. [...] Em 1831 o golpe que derruba Pedro I terá grande influência no Grão-Pará. O governo regencial que se instala em 7 de abril de 1831 afasta José Bonifácio do poder. [...] Começa um período de grande agitação em todo o país; a autoridade é contestada e os homens do poder têm de enfrentar a “turba” que não aceita imposições políticas partidas da Corte (CHIAVENATO, 1984, p. 15, 18, 42).*

Especificamente no Pará, pela maior distância em relação à corte, pelo menor peso do escravismo<sup>1</sup> em sua atividade econômica, diversa da praticada nas regiões Nordeste e Sudeste, pela disputa acirrada entre portugueses e brasileiros pelo controle político e por sua composição popular ampliada, as lutas internas no Grão-Pará ganham radicais.

*Politicamente, desde a independência, o país era uma terra de ninguém. [...] Enfim era caótica a situação em todo o país. [...] O Pará era o primado da subversão. [...] Isso vai ficando cada vez mais claro quando o novo governador Marcelino José Cardoso explica o motim que o colocou no poder, ao secretário do Império, José de Souza Filho, em 9 de setembro de 1931. Ele começa acusando o nosso conhecido padre Batista Campos de, com a posse do Visconde de Goiana, aparecer novamente no Pará, liderando um partido “...se é que partido se pode chamar, composto de um punhado de indivíduos, quase todos de baixa condição...”. [...] sedições, que são ininterruptas, criam uma certa identidade entre os rebeldes. [...] Um homem autoritário, com fama de cruel, foi nomeado presidente da província do Pará. Era Bernardo Lobo de Souza. [...] As duas partes não se xingam apenas: cuidam de se fortalecer militarmente. [...] Com o fim de Batista Campos, abria-se um leque de vinganças – estava decretada a morte de Lobo de Souza, pelas mãos do povo. [...] Cuidando de matar as autoridades principais permitindo a vingança popular exercer-se em profundidade, João Miguel Aranha mandou o capitão José Bernardino Nunes ir libertar Félix Antônio Clemente Malcher, da cadeia da Barra, oferecendo-lhe a presidência da Província do Pará. É a vitória. Mas apenas está começando a Cabanagem (CHIAVENATO, 1984, p. 42, 43, 46, 49, 53, 57, 61).*

Esses seriam, sucintamente, os fatos narrados historicamente que deram origem à revolta popular da Cabanagem que permaneceu em luta até 1840 (1841).

## II

Os cabanos receberam diversas e opostas adjetivações a depender de quem os abordava. Ficcionalmente sua fortuna não seria muito diferente. Algumas narrativas que tematizam o assunto se oferecem como campo bastante sintomático para esgarçar a relação fato/ficção. A invenção ficcional apresenta-se, nesses casos-limite de comoção social, como uma máquina bastante interessante para sondarmos que tipo de olhar se voltou para o esfacelamento do mundo habitual, cujas costumeiras crenças são postas em xeque, ou, pelo menos, entre parênteses. Na ordem social dividida em classes, a luta pela apropriação do discurso – para manter a expropriação material – acontece em todos os campos. Evidentemente, a arte, como acreditam alguns, não escaparia a essa força irresistível.

<sup>1</sup> Embora houvesse escravização disfarçada dos povos indígenas por meio de empresas de pescaria ou de plantação de cacau chamadas de *Fábricas Nacionais* ou *Roças Comuns* (CHIAVENATO, 1984, p. 44, 45).

No século XIX, o escritor Inglês de Sousa, em dois contos, tem como assunto o movimento sob um ponto de vista ideologicamente legalista. Nesse rastro, entre outros, apareceram os romances *Invenção de Onira*, de Sant'Ana Pereira (2009), na década de 1980, e *Revolta: crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, de Márcio Souza, lançado em 2005. Se o primeiro, *Onira*, é totalmente simpático ao movimento, vendo nele um estopim utópico, o segundo passeia negligentemente pelos acontecimentos, corroborando as pechas anteriormente atribuídas aos cabanos encontráveis tanto nos documentos oficiais<sup>2</sup> quanto nos contos de Inglês de Sousa. Desse modo, chego ao foco do estudo.

Para isso, procurarei enfrentar a armadura do texto ficcional, criada por ele, para atingir os pontos onde se devem encontrar os elementos discursivos dos juízos proferidos pela autoridade narrativa. Interessa peneirar o tratamento dispensado ao evento e aos personagens por um narrador aparentemente objetivo que, contudo, encaminha, arditamente, razões do poder, sustentadas, de início, sob o foco momentâneo da moça indefesa, porém manejadas sistematicamente ao longo do enredo.

Nos dois contos, abordarei a questão posta, examinando tal fala escamoteada na “legitimidade” do narrador ficcional, guiado habilmente pelo autor textual. Devo salientar, também, o modo como a “despretensão” narrativa opera a ficcionalidade para, enviesadamente, corroborar e alimentar pré-conceitos sobre a situação de risco que confronta um dado poder estabelecido. A linearidade do discurso, às vezes, vem envolta em falas labirínticas, por estratégias narrativas, sublinhando uma ordem de valores que procura ganhar foro de universalidade. Uma maneira eficaz de tal escrita induzir isso é a naturalização de princípios que são expostos como verdades inquestionáveis, evitando certos assuntos de chegar ao pensamento, sendo nesse sentido “impensáveis”. Desse modo, à medida que há um distanciamento histórico em relação ao acontecimento, a possibilidade de convencimento dos leitores aumenta por um “esfriamento” pelo passar da hora e pela cristalização de significantes que encarnam valores “naturais” daquela sociedade sobrevivente ao evento narrado. A operação atua em duas frentes: desqualifica os personagens cabanos e marca o movimento como um ato de horror, pavimentando a memória abastecida pelo imaginário plasmado em medo, aversão e desconfiança de qualquer coisa que lembre sublevação. Assim é feita a história. Passemos aos textos.

Livro publicado em 1893, *Contos amazônicos* apresenta tons naturalistas. Não exatamente um estudo de caso, Inglês de Sousa ali entremeia histórias que beiram ao fantástico e outras há de cunho realista. Os contos “A quadrilha de Jacó Patacho” e “O rebelde” narram, sorratamente, ações que envolvem personagens em choque com os sucessos cabanos. Em “A quadrilha de Jacó Patacho”, a começar pelo título, o enredo trata o assunto, por assim dizer, lateralmente, pois o foco não é centrado no interior do movimento, relatando personagens que vivenciassem a situação por dentro, tampouco o narrador apresenta-se como testemunha “ocular”. O narrador, inicialmente com aparente imparcialidade, foca um pequeno núcleo familiar às voltas com dois homens que em hora imprópria aparecem na propriedade dos protagonistas. A história principia-se, suave-

---

2 A título de exemplo, confronte com a seguinte citação retirada de *Diogo Antônio Feijó*: “Do Pará faltam notícias modernas, porém à vista dos esforços e providências do governo, é provável que, se já não está, brevemente seja restituída a cidade de Belém à província e ao Império. Por bem ou por mal, será ela arrancada às feras que a dominam” (“Fala do Trono (1836)”) (CALDEIRA, 1999, p. 176, grifo meu).

mente, colocando em cena o pai (Félix Salvaterra), a mãe (*sora* Maria dos Prazeres), dois filhos rapazes e uma filha moça (Anica). Introduzido num clima de tranquilidade e harmonia familiar após uma modesta ceia e a ação de graças, o enredo aos poucos ganha contornos de apreensão com a chegada de estranhos ao ambiente. A história inicia-se no momento em que os membros da família estão encerrando o jantar e preparando-se para dormir. Porém, acontece algo que interrompe os preparativos. Primeiro ruídos, depois incertezas, logo debates familiares, para, em seguida, deliberarem sobre a recepção pacífica de dois homens que pedem abrigo para aquela noite. Já no começo, tomamos conhecimento que iria chover, portanto há justificativa para o pedido. Salvaterra atende os dois homens que alegam não poderem seguir viagem, costumeiramente feita de barco, pelos rios da região, não sem a desconfiança da esposa, pois está em pânico com as histórias de morte que envolviam os cabanos.

*A sora Maria continuou apreensiva. Muito se falava então nas façanhas de Jacó Patacho; nos assassinatos que a miúdo cometia; casos estupendos se contavam de um horror indizível: incêndios de casas, depois de pregadas as portas e janelas para que não escapassem à morte os moradores* (SOUSA, 2005, p. 112).

Para certo alívio, um dos homens iria dormir na canoa. O outro ficaria na casa, numa rede armada para esse fim. Durante a noite, todos em seus leitos, Anica começa a se impressionar com um dos homens e, aos poucos, associa a fisionomia do que estava dentro da casa com a de alguém já visto por ela havia pouco mais de dois anos, chamado Manoel Saraiva. Coincidentemente, Saraiva era um nome de cabano famoso, e Manoel o indivíduo dormitando na sala de sua casa. Com o pavor tomando conta, pensa em ir para os aposentos dos pais e irmãos. Após planos, receios e recuos, o homem já está à espreita e tenta agarrá-la. A situação é narrada, mesclando a voz do narrador sob a sugestão da psicologia da personagem: narração estrategicamente montada a partir da “mente” de Anica. A essa altura os demais componentes do bando já se encontram ao redor da residência. Segue-se o encontro entre os dois lados e um combate de morte. Embora haja uma resistência feroz, os cabanos invadem a propriedade e exterminam a família, sobrando a mãe e a filha que são partilhadas entre os chefes do grupo. Após esses episódios, o narrador fecha a história identificando-se como um “eu” que retorna, depois do acontecido, ao lugar onde ocorreu a tragédia para encerrar com um quadro de desolação.

“O rebelde” é a história de um homem humilde e soturno, malquisto na vila, participe da Revolução pernambucana de 1817. A narração é feita em forma de memória. Quando criança, o narrador havia se tornado amigo daquele idoso que causava antipatia aos outros moradores da vila. O pai daquele então menino era português e, assim como os outros, não simpatizava com o recolhido velho. Quando a vila é atacada pelos cabanos, o rebelde, inicialmente indiferente aos acontecimentos, toma as dores da família e enfrenta os agressores, conseguindo salvar as mulheres e o rapaz. Como no conto anterior, neste a ordem do enredo se constrói numa perspectiva que mistura realismo com doses de devaneio (a partir da inserção narrativa na imaginação do personagem), criando uma atmosfera, simultaneamente, verossímil e extraordinária. Logo, os fatos, perpetrados pelos protagonistas do movimento cabano, contados por uma retórica insinuante, referenciada na experiência individual e na agressão coletiva, ganham contornos de extrema violência por mesclar os olhos de quem a teria vivido com o apelo aos

sentidos do receptor. A inalienabilidade individual ficcionalizada produz um grau máximo de repulsa a algo que passa a se realizar como o mal em si. Para começar, o foco situa-se fora do movimento cabano e centrado em famílias de brancos portugueses, os inimigos “naturais” dos cabanos, iluminando não as relações sociais intrínsecas anteriores que deflagraram o levante, mas as consequências proporcionadas pela vingança dos antes violentados e que estavam assumindo o poder momentaneamente. Assim, o conto “A quadrilha de Jacó Patacho” pinta um quadro idílico inicial da família de brancos sendo interrompida brutalmente por um bando de assassinos e malfeitores. A narrativa, com ares de naturalidade, na verdade não disfarça de que lado está: ao focar os cabanos sob o ponto de vista de um branco e filho de português, fica evidente na linguagem utilizada como são vistos aqueles revolucionários:

*Eram donzelas raptadas para saciar as paixões dos tapuios; pais de família assassinados barbaramente; crianças atiradas ao rio com uma pedra no pescoço, herdades incendiadas, um quadro interminável de atrocidades inauditas que lhe dançava diante dos olhos [...] (SOUSA, 2005, p. 116-117).*

Basta despertar para os termos aplicados aos cabanos para se ter uma ideia do que a fala narrativa quer dizer: seviciadores, assassinos, cruéis infanticidas, saqueadores, além do “quadro interminável de atrocidades”. A trama, por sua vez, arma o conflito a partir, única e exclusivamente, da violência praticada contra a família, “esquecendo” a razão do ataque praticado pelo grupo cabano. Embora não seja atributo da ficção equacionar histórica e conceitualmente qualquer tipo de evento social, creio ser legítimo pensar sobre as convicções que regularam o escritor ao demarcar certo ponto de vista e quem representa o papel de herói, ou do injustiçado, bem como sobre as peripécias das ações decorridas de invasões de fora para dentro. Antes um ambiente tranquilo, o recinto se vê transformado num inferno cabano. Com isso, o conto dispara uma grande carga de pré-conceitos contra os rebelados que o leitor sai norteadado (ou desnorteadado) pelo horror.

Tal narrativa é um significante cristalizado do identificável código recorrente de valor: o bem contra o mal. O trabalho narrativo é deslocar, alocar e realocar quem se identifica com o quê. Sendo a violência cabana ressaltada, colocada em primeiro plano, em contraste com a família de brancos, elimina-se um outro nível possível em que o confronto poderia ser visualizado de forma mais abrangente. Seccionado e pintado pelo narrador que reporta a vida dos personagens brancos como pacata, tranquila, harmônica e honrada, o quadro narrativo introduz um elemento fundamental para caracterizar a monstruosidade dos cabanos: a desonra violenta dos preceitos da hospitalidade.

Desse modo, a parcialidade do narrador torna-se evidente, e perigosa, por fortalecer, uma vez mais, uma dicotomia discursiva que se espalha pela rede da história, do *socius*, da ficção, enfim de um vasto campo da vida social e da linguagem. Contudo, se o jogo ficcional imiscui-se num conflito social cujos contendores representam classes distintas, de que maneira o narrador pode universalizar o seu mundo narrado? No juízo imputado aos rebelados. Contra os quais há um arsenal de palavras e expressões depreciativas. Mas não só: o próprio encaminhamento narrativo destina os devidos personagens e atos nos papéis reservados à bestialidade.

A depreciação exerce uma função central na narrativa por predeterminar seus ocupantes, em contraponto com o espaço legitimado ideologicamente de

onde fala o narrador. Tomando como princípio de verdade os valores morais, éticos, políticos e econômicos da família atacada, os rebeldes, assim, podem ser pintados com as cores de quem está irrompendo contra algo natural, imemorial e, portanto, inatacável: a propriedade. Aqui a arte se mostra com uma face nada cândida: com artimanha, seleciona quem e quando deve falar, ou sobre quem ou o que deve silenciar. Há uma dissimulação organizada pelos planos narrativos que procuram, a partir de um imaginário previamente estruturado, aplainar as rugosidades históricas do conflito social por meio de uma encenação híbrida de realidade e imaginação, na qual o antagonismo ficcional é configurado como forças *a priori* dadas esquematicamente: o bem, a propriedade; o mal, seus refutadores (ou os saqueadores, ou os vândalos). Por esse prisma, percebe-se que pelo menos um tipo de literatura configura-se como um discurso de Estado: está aí para preservar a divisão infligida ao espaço social mantida pelos proprietários.

O autor convida e conduz o leitor a identificar-se com os personagens, brancos, ricos e influentes, demarcados como inocentes injustiçados sob o ataque feroz das bestas-feras cabanas. Desse modo, a realização ficcional cria um mecanismo de identificação por meio de uma empatia construída sutilmente, procurando pender o leitor para o campo político-ideológico dominante. Claro está que não há novidade em tal operação ficcional, pois é um modelo usual em infinitudes de narrativas, sobretudo folhetins, romances populares e melodramas.

Especificamente, os contos em questão, adotando tal concepção, ratificam duas ordens de coisas: por um lado, procuram proporcionar entretenimento para o leitor ao construir um mundo ficcional plenamente reconhecível ao utilizar um esquema já testado e aceito; por outro, ao transformar insurgentes contra uma ordem em personagens sanguinários produzem uma ficção comprometida com o *status quo*. Tal operação, menos exceção do que se imagina, mostra que o papel político do discurso ficcional reside em corroborar o peso das palavras socialmente comercializadas, materializando ficcionalmente seus valores. Caso contrário se dá quando as palavras são postas sob suspeita.

A obra de arte (o discurso ficcional) em seu desvelamento/velamento e mesmo na sua peculiaridade polissêmica também pode afirmar e validar valores culturais. Se, como defendeu Chklovski (1999, p. 81), “a finalidade da arte é dar uma sensação do objeto como visão e não como reconhecimento”, produzindo o que ele chamou de “estranhamento” (*ostraniene*), há casos que por meio de signos crivados de imagens fetiches, o discurso ficcional contribui para reforçar o “modo comum” de percepção e não de romper com ele. Assim sendo, o poder se edifica sobre o destino implacável dos personagens massacrados, garantido por ficções que não sofrem de solução de continuidade com a *doxa* constituída.

Os contos “A quadrilha de Jacó Patacho” e “O rebelde” oferecem, portanto, ficcionalmente, um mundo, não cópia da realidade, como fenômeno que deveria ser experimentado desde e para todo o sempre: com seus heróis e seus vilões cada qual cumprindo rigorosamente seus papéis de acordo com quem deve ocupar o primeiro plano, e a quem é reservado o segundo.

#### **SOCIAL CONFLICTS AND FICTION: THE CABANAGEM IN THE BRASILIAN WRITER INGLÊS DE SOUSA**

**Abstract:** In the short stories “A quadrilha de Jacó Patacho” and “O rebelde”, Inglês de Sousa discusses about groups of insurgents from the Cabanagem.

How this framework is done is what I seek to analyze in this paper. In what way the rebellion was seen, both by history and fiction, in numerous ways (the pros and cons), my interest here is to highlight by what methods the fictional text confirms and builds prejudged images about popular movements.

**Keywords:** Short stories by Inglês de Sousa. Cabanagem. Discourse.

## REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, J. (Org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CHIAVENATO, J. J. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHKLOVSKI, V. A arte como processo. In: TODOROV, T. *Teoria da Literatura I*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 73-95.
- PEREIRA, S. A. *Invenção de Onira*. 3. ed. Taubaté: Letra Selvagem, 2009.
- RAIOL, D. A. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141377042007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000100002&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 8 maio 2012.
- SOUSA, I. de. *Contos amazônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SOUZA, M. *Revolta: crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*. Rio de Janeiro: Record, 2005. v. 3.

Recebido em março de 2014.

Aprovado em julho de 2014.